

Balanco Orçamentário - Sebrae/CE												
Receitas	Exatidão Pago/Anterior (a)	Ano Atual		Exercício (a)	%	%	%	Exercício Parcial Anterior (a)	Previsão Original (b)	Ano Atual		%
		Previsão Original (b)	Execução (c)							Previsão Original (b)	Execução (c)	
Receitas Correntes	45.053	98.542	43.141	0	95,7461085	49,9	94,0	36.187	128.059	35.674	0	88,8288407
Contribuição Social Ordinária-CSO	36.798	69.326	34.596	49,9				16.979	40.780	17.495	42,9	103,0
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	3.366	11.384	3.682	32,4				12.003	70.145	11.344	16,2	94,5
Convênios (Parceiros + Sebrae/NA)	-	551	37	6,7	#DIV/0!			4.843	14.039	5.250	37,4	108,4
Aplicações Financeiras	2.107	2.800	1.729	61,8				981	1.772	938	52,9	95,6
Empresas Beneficiadas	1.391	12.001	1.797	15,0				1.361	1.323	644	48,7	47,3
Outras Receitas	1.371	500	1.300	260,0				8.886			#DIV/0!	#DIV/0!
Déficit Corrente												
Receitas de Capital												
Alienação de Bens	-	-	-					1.116	2.804	1.659	0	122,8702509
Oper. Crédito / Receb. Empréstimos	-	-	-					198	1.154	390	33,8	197,0
Saldo de Exercícios Anteriores		12.000						918	1.750	979	55,9	106,6
Receitas Totais	45.053	108.542	43.141	0	95,7461085			37.283	122.821	37.040	0	89,84822842
Déficit Total								7.770	108.542	6.101		
Total Geral	45.053	108.542	43.141	0	95,7461085			45.053	108.542	43.141	0	95,74610847
								Superávit Total				
								Total Geral				

Joaquim Cartaxo Filho
Diretor-Superintendente

Airton Gonçalves Junior
Diretor de Administração e Finanças

Alci Porto Gurgel Junior
Diretor-Técnico


Fabiano Barroso Campelo
Contador - CRC - CE 013140-O

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará - SEBRAE/CE

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2017	31/12/2016	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.939	27.548	Benefícios a empregados de curto prazo	12	4.410	4.392
Contas a receber de clientes	5	936	1.993	Obrigações com convênios e contratos	13	525	457
Numerários vinculados a convênios e programas	6	14.936	616	Contas a pagar a fornecedores e outras	14	964	2.812
Adiantamentos concedidos	7	1.051	912	Obrigações trabalhistas e fiscais	15	435	1.058
Créditos com o Sistema SEBRAE	8	5.746	4.926	Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	16	-	-
Transações com convênios e demais créditos	9	4.524	5.250	Obrigações com o Sistema SEBRAE	8	16.199	6.839
Total do ativo circulante		53.132	41.245	Total do passivo circulante		22.533	15.558
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Realizável a longo prazo	10	433	404	Obrigações com o Sistema SEBRAE	8	7.331	7.949
Imobilizado	11	42.260	43.593	Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	15	392	511
Intangível		4	4	Total do passivo não circulante		7.723	8.460
Total do ativo não circulante		42.697	44.001	Total do passivo		30.256	24.018
Total do ativo		95.829	85.246	Patrimônio líquido	17	45.940	41.825
				Superávits acumulados		4.345	3.993
				Superávit do exercício		15.288	15.410
				Ajustes de avaliação patrimonial			
				Total do patrimônio líquido		65.573	61.228
				Total do passivo e do patrimônio líquido		95.829	85.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Joaquim Cartaxo Filho
Diretor-Superintendente

Airton Gonçalves Junior
Diretor de Administração e Finanças

Alici Porto Gurgel Junior
Diretor-Técnico


Fabiano Barroso Campelo
Contador - CRC - CE 013140-O

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará - SEBRAE/CE

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Receitas				
Receitas com Contribuição Social (CSO)	18	17.271	19.261	34.596
Receitas com Contribuição Social do Nacional (CSN)	18	2.938	2.500	3.682
Receitas empresas beneficiadas	19	1.110	801	1.797
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros	20	16	-	36
Outras receitas operacionais	21	448	549	1.781
Total das receitas		21.783	23.111	41.892
Despesas				
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	22	(9.389)	(8.831)	(17.495)
Despesas com serviços profissionais e contratados	23	(7.430)	(7.911)	(11.344)
Custos e despesas de operacionalização	24	(3.224)	(2.789)	(5.250)
Encargos diversos		(349)	(697)	(736)
Despesas com programas e convênios	25	(1.010)	(247)	(1.437)
Despesas com provisões	26	14	(296)	(653)
Despesas com depreciação e amortização		(842)	(798)	(1.711)
Outras despesas	27	(53)	(74)	(166)
Total de despesas		(22.283)	(21.643)	(38.792)
(Déficit) Superávit antes do resultado financeiro líquido		(500)	1.468	3.100
Receitas financeiras		912	1.200	1.729
Despesas financeiras		(255)	(251)	(484)
Resultado financeiro líquido	28	657	949	1.245
Superávit do exercício		157	2.417	4.345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Joaquim Cartaxo Filho
Diretor-Superintendente

Alci Porto Gurgel Junior
Diretor-Técnico

Airton Gonçalves Junior
Diretor de Administração e Finanças


Fabiano Barroso Campelo
Contador - CRC - CE 013140-O

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará - SEBRAE/CE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Superávit do exercício	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	39.298	2.270	15.667	57.235
Incorporação do superávit do exercício anterior	2.270	(2.270)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	257	-	(257)	-
Superávit do exercício	-	3.993	-	3.993
Saldo em 31 de dezembro de 2016	41.825	3.993	15.410	61.228
Incorporação do superávit do exercício anterior	3.993	(3.993)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	122	-	(122)	-
Superávit do exercício	-	4.345	-	4.188
Saldo em 30 de junho de 2017	45.940	4.345	15.288	65.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Joaquim Cartaxo Filho
Diretor-Superintendente

Alci Porto Gurgel Junior
Diretor-Técnico

Airton Gonçalves Junior
Diretor de Administração e Finanças


Fabiano Barroso Campelo
Contador - CRC - CE 013140-O

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará - SEBRAE/CE

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

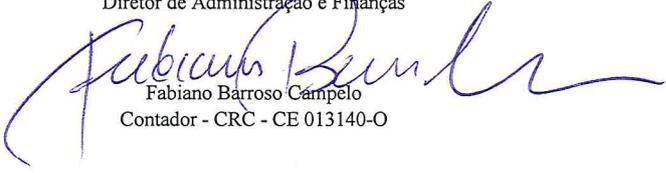
	30/06/2017	30/06/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	4.345	7.433
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	1.711	1.610
Provisão para devedores duvidosos	596	335
Baixa de imobilizado	6	4
Provisão para perdas diversas	1	(635)
	6.659	8.747
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	1.437	162
Numerários vinculados a convênios e programas	(14.320)	(8.065)
Adiantamentos concedidos	(139)	5
Créditos com o Sistema SEBRAE	(820)	20
Realizável a longo prazo	(29)	-
Transações com convênios e demais créditos	726	(953)
	(13.145)	(8.831)
Aumento (redução) nos passivos:		
Benefícios a empregados de curto prazo	18	(79)
Obrigações com convênios e contratos	68	564
Contas a pagar a fornecedores e outras	(1.848)	(544)
Obrigações trabalhistas e fiscais	(623)	(817)
Obrigações com o Sistema SEBRAE	8.742	-
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(119)	-
	6.238	(876)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	(248)	(960)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(382)	(198)
Baixa do imobilizado	-	-
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	(382)	(198)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamento principal	-	8.050
Amortização de empréstimos e financiamento principal	(979)	(3.322)
Caixa líquido proveniente da atividades de financiamento	(979)	4.728
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(1.609)	3.570
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	25.939	30.449
(-) Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.548	26.879
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(1.609)	3.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Joaquim Cartaxo Filho
Diretor-Superintendente

Alci Porto Gurgel Junior
Diretor-Técnico

Airton Gonçalves Junior
Diretor de Administração e Finanças


Fabiano Barroso Campêlo
Contador - CRC - CE 013140-O

Serviço de Apoio
às Micro e
Pequenas
Empresas do
Ceará - SEBRAE/CE

**Demonstrações contábeis em
30 de junho de 2017 e 2016**

Conteúdo

Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará - SEBRAE/CE é uma Entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob forma de Serviço Social Autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresa; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Avenida Monsenhor Tabosa, 777, Centro, Fortaleza-CE.

O âmbito de atuação do SEBRAE/CE constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Ceará, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

A Entidade tem como associados: Caixa Econômica Federal (CEF), Associação Comercial do Ceará (ACC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Federação Cearense das Associações de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FECEMPE), Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC), Federação das Associações do Comércio, Indústria, Serviços e Agropecuária do Ceará (FACIC), Universidade Federal do Ceará (UFC), Federação do Comércio do Estado do Ceará (FECOMÉRCIO), Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-AR/CE), Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico (CEDE), Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE) e Banco do Brasil S.A. (BB).

O SEBRAE/CE recebe recursos oriundos do SEBRAE - Nacional, que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e ao Distrito Federal, para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição para-fiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. Os SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomias financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

O SEBRAE/CE é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais para os quais foi instituída. Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de qualquer natureza não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12 § 2 e art. 15 § 2).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o SEBRAE sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

Com relação à tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, a Entidade possui uma declaração de imunidade da Prefeitura Municipal de Fortaleza, ficando vedada a incidência do imposto sobre os serviços prestados.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC nº 27, instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4) e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano de Benefícios Pós-Emprego patrocinado pela Entidade (Nota Explicativa nº 29).

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Diretoria Executiva/Superintendência da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 19 de julho de 2017.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo dos ativos financeiros (Nota Explicativa nº 4), a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 5), revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 11) provisões para riscos cíveis e fiscais (Nota Explicativa nº 16) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 29).

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a. *Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego*

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 29).

b. *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 29).

c. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências

disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 15).

2.3 Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Sebrae/CE conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamentos nos próximos exercícios pelo fato de ter suas receitas de CSO/CSN já aprovadas pelo CDN para os exercícios de 2017/2018.

O SEBRAE/CE apresentou um superávit de R\$ 4.188 para o exercício findo em 31 de março de 2017 e, nesta data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 30.115.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de contribuição Social Ordinária - CSO é relacionada com a transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês de sua competência (Nota Explicativa nº 18). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional - CSN é relacionada à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos. (Nota Explicativa nº 18).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (Nota Explicativa nº 20).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 19).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o contas a receber, outros créditos, numerários vinculados a projetos e convênios, créditos com o Sistema SEBRAE.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 4)

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outros, obrigações com o Sistema SEBRAE, obrigações Trabalhistas e fiscais, obrigações com convênios e contratos.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 14).

(iii) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

c. *Classificação entre circulante e não circulante*

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

d. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota Explicativa nº 11)

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (custo atribuído).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas médias estimadas são as seguintes:

	2017	2016
Edifícios	4%	4%
Máquinas e equipamentos (a)	6 a 10%	4 a 7,5%
Utensílios e acessórios (a)	5 a 39%	6 a 10%
Equipamentos de informática	6,67 a 33,33%	6,67 a 33,33%
Veículos	50%	50%
Instalações	10%	10%
Benfeitorias em propriedade de terceiros (a)	2,5 a 14,3%	2 a 14%

(a) Vide nota explicativa do imobilizado sobre essas modificações de taxas de depreciação.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado e o intangível, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 16)

h. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Entidade tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 12)

Benefícios pós-emprego

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará - SEBRAE/CE é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE/CE reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A entidade reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre. (Nota Explicativa nº 29)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Caixa	18	-
Contas bancárias (i)	429	599
Aplicações financeiras (ii)	<u>25.492</u>	<u>26.949</u>
Total	<u>25.939</u>	<u>27.548</u>

- (i) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas correntes bancárias, cuja posição, nos exercícios findo em 30 de junho de 2017 e 2016, se encontram a seguir descrita:

Bancos	30/06/2017	31/12/2016
Caixa	18	-
Banco do Brasil	42	106
Caixa Econômica Federal	331	454
Banco do Nordeste	40	24
Bradesco	1	-
Itaú	<u>15</u>	<u>15</u>
Total	<u>447</u>	<u>599</u>

- (ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Bancos	Modalidade do fundo	30/06/2017	31/12/2016
Banco do Brasil	BB Milênio Curto Prazo	11.303	11.266
Caixa Econômica Federal	Fundo Institucional Curto Prazo	28.241	15.506
Bradesco	Fundos	187	181
Bradesco	CDB	37	5
Movimentação CSN		(14.229)	
Provisão para IRRF		(47)	(9)
Total		25.492	26.949

Todas as aplicações financeiras que são classificadas como caixa e equivalente de caixa - veja prática contábil, item (b) - possuem liquidez diária e o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras significativas. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado. As aplicações financeiras possuem taxa média de remuneração de 3,73% ao mês (1,18% em 2016).

5 Contas a receber de clientes

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Clientes (i)	3.291	3.877
Cheques a apresentar (ii)	33	37
Cheques devolvidos (ii)	2	2
Cartões de crédito (ii)	252	122
(-) provisão para redução ao valor recuperável (iii)	(2.642)	(2.045)
Total	936	1.993

- (i) Saldos de créditos a receber decorrem da prestação de serviços com cursos, treinamentos, feiras, elaboração de projetos e consultorias. Em virtude da renegociação de dívidas foi criada no grupo de clientes a conta clientes – renegociação.
- (ii) Os valores de cheques e cartão de crédito são originados das vendas de cursos, consultorias, feiras que compõem a receita de empresa beneficiada.
- (iii) Provisão constituída com base na expectativa de não recebimento financeiro nas vendas não liquidadas há mais de 180 dias da data do seu vencimento. No exercício foi constituído um acréscimo na provisão para devedores de R\$ 533.

Movimento da provisão para redução ao valor recuperável

	2017	2016
Saldo inicial	2.045	1.495
Constituição	533	551
Reversão de provisão	-	(1)
Total da provisão	2.642	2.045

6 Numerários vinculados a convênios e programas

Bancos	30/06/2017	31/12/2016
CSN Movimentação	14.229	-
Banco do Brasil	707	616
Caixa Econômica Federal	-	-
Total	14.936	616

Correspondem a recursos financeiros vinculados a programas, projetos e convênios, que estão sobre execução do SEBRAE/CE e que são apresentados separadamente da rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixas”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/CE. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica “Obrigações com Convênios e Contratos”, conforme e detalhadas na nota explicativa nº 12. No exercício de 2016, tivemos a celebração do convênio entre o SEBRAE/CE e a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), que tem como objetivo capacitar os arranjos produtivos da região melhorando a qualidade dos serviços a ser prestados à CSP.

Estes recursos vinculados são mantidos em aplicações com retornos semelhantes aos numerários livres.

7 Adiantamentos concedidos

O grupo é formado pelos adiantamentos a empregados e a terceiros e por créditos diversos relativo à contribuição social a receber do exercício anterior, conforme apresentado a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Adiantamentos a empregados e a terceiros (a)	804	737
Créditos diversos (b)	-	-
Outros créditos (c)	<u>247</u>	<u>175</u>
Total	<u><u>1.051</u></u>	<u><u>912</u></u>

- (b) Adiantamentos a funcionários consistem no pagamento antecipado de 13º salário quando solicitado pelo funcionário ao tirar férias, de férias e adiantamento de diárias.
- (c) Créditos diversos refere-se ao saldo de depósitos judiciais e valores a receber de funcionários relacionados com ressarcimento de despesas.
- (d) Outros créditos referem-se a direitos a receber de funcionários cedidos as outras entidades e despesas antecipadas.

8 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE
- Pessoal chave da Administração
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)



As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

Transações com o Sistema SEBRAE

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

Descrição	30/06/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Recursos de CSO a receber (i)	5.580	-	5.580	3.938	-	3.938
Recursos de CSN a receber (ii)	166	-	166	988	-	988
Total	5.746	-	5.746	4.926	-	4.926

- (i) Conforme diretrizes orçamentárias definidas para a elaboração do Plano Plurianual do período de 2017 a 2018 e do orçamento de 2017 do sistema SEBRAE são estabelecidas as receitas sociais ordinárias para cada unidade do SEBRAE.
- (ii) Conforme diretrizes orçamentárias definidas para a elaboração do Plano Plurianual do período de 2016 a 2019 e do orçamento de 2016 do sistema SEBRAE são estabelecidas as receitas sociais ordinárias para cada unidade do SEBRAE. No exercício de 2016 foram executados 81% do recurso da CSN - Contribuição Social do Nacional com direito a receber em 2016 o valor de R\$ 987 e um saldo a devolver de R\$ 4.991 (nota 8.b) a ser descontado na liberação dos recursos de CSO em 2017.

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

Descrição	30/06/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CSN a devolver (i)	-	-	-	4.991	-	4.991
CSN a comprovar (i)	14.381	-	14.381	-	-	-
CDN. 397/2.013 - Imobilização (ii)	1.760	7.331	9.091	1.673	7.949	9.622
CT. 538/14 Aquisição de licenças Microsoft	58	-	58	175	-	175
Total	16.199	7.331	23.530	6.839	7.949	14.788

- (i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais - CSN”, recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-15, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2017 os acertos contábeis no SEBRAE/CE e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

- (ii) O Saneamento Financeiro de Imobilização foi um empréstimo contraído para reforma da Sede do SEBRAE/CE no prazo de 96 meses no total recebido de R\$ 11.316 utilizando como índice de correção a TJLP. O empréstimo foi obtido em 2013 com liberação inicial de R\$ 6.000 e o restante liberado em 2014 no valor de R\$ 5.316. A data final de encerramento do empréstimo se dará em agosto de 2022.
- (iii) Em 6 de julho de 2016, o SEBRAE Nacional emitiu nova redação para a IN nº 37, normativo que trata sobre os critérios e os procedimentos da execução orçamentária e financeira no âmbito do Sistema SEBRAE. As alterações estão suportadas pela Nota Técnica UGOC nº 09/2016, de 6 de junho de 2016, aprovada pela Diretoria do SEBRAE Nacional e que produziu, resumidamente, as seguintes alterações:
- (1) Eliminação da regra de transferência de recursos CSO aos SEBRAEs estaduais com base na capacidade de execução de gastos (90%) e mediante valores previamente orçados, passando a ser com base nos valores efetivamente arrecadados e transferidos pela Receita Federal do Brasil ao SEBRAE Nacional. Essa nova sistemática de repasse passou a valer da data de aprovação da IN nº 37 em julho de 2016, porém com referência desde a data-base de janeiro de 2016. Consequentemente, também passou a ser eliminada, a partir do exercício do 2016, a figura de CSO - Saldo (eventual diferença positiva entre os valores arrecadados e não repassados pelo SEBRAE Nacional aos SEBRAEs regionais, cujos repasses eram condicionados a eventos futuros).
- (2) Configuração da obrigação corrente, a partir da vigência da IN nº 37 alterada em julho de 2016, do SEBRAE Nacional perante os SEBRAEs regionais de repasse de quaisquer recursos de CSO-Saldo ainda não repassados e apurados de acordo com a sistemática vigente anteriormente com liquidação até o final do exercício de 2016.

c. *Transações de resultado*

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Contribuição Social Ordinária (CSO)	34.596	36.798
Contribuição Social Nacional (CSN)	3.682	3.310
Total	38.278	40.108

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base nos valores efetivamente arrecadados mensalmente.

d. *Operações com pessoal-chave da Administração*

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º. , inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. Do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal chave da Administração:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Remuneração	529	530
Benefícios	184	184
Total	713	714

Os valores envolvendo a Entidade de previdência complementar - SEBRAEPREV - estão descritos na Nota Explicativa nº 29.

9 Transações com convênios e demais créditos

É formado pelas despesas antecipadas e transações com convênios a executar, despesas antecipadas, conforme apresentado a seguir:

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Despesas antecipadas (i)	28	50
Transações com convênios a executar (ii)	4.496	5.200
Total	4.524	5.250

- (i) Referente a seguros dos bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do ativo imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico, que estão cobertos até 14 de maio de 2017, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 3, conforme apólice de nº 5177201662180016065 e veículos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 84 que estão cobertos até 20 de agosto de 2017.
- (ii) Convênios registrados em outros créditos até a confirmação da prestação de contas pelo prestador de serviço junto ao SEBRAE/CE.

10 Realizável a longo prazo

É formado pelos direitos a receber de longo prazo da entidade, conforme apresentado a seguir:

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Depósitos realizáveis a longo prazo (a)	424	404
Depósito judicial (b)	9	-
Total	433	404

- (a) Referentes a depósito para garantia de pagamento da intimação dos Processos do INSS de nºs 10380.017488/2008.04, 10380.017472/2008-93, 10380.017486/2008-15 e 10380.017486/2008-15 da Secretaria da Receita Federal, referentes a Contribuições Sociais, Previdenciárias e Contribuição de empregado para previdência complementar, quando foi instituída a provisão de riscos no longo prazo no valor de R\$ 383.
- (b) Referente ao processo de reclamação trabalhista de nº 0001351-39.2015.5.07.0009 da reclamantes Elayne dos Santos de Maria, Edilene dos Santos de Maria, Maria Greiciane Mateus dos Santos e Aline Mateus Garcia.

11 Ativo Imobilizado

Composição do ativo imobilizado em 30 de junho de 2017

Descrição	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Baixa	Transferências	Valor em 31/03/2017
Custo contábil						
Terreno		13.687	-	-	-	13.687
Edificações	4%	17.893	-	-	-	17.893
Móveis e utensílios	5 a 39%	3.347	131	-	-	3.478
Veículos e acessórios	50%	1.523	-	-	-	1.523
Máquinas/equipamentos	6 a 10%	2.651	220	-	-	2.871
Equipamentos de Informática	6,67 a 33,33%	5.166	31	(6)	-	5.191
Instalações	10%	11.867	-	-	-	11.867
Benfeitorias	2,5 a 14,3%	618	-	-	-	618
Total do custo		56.752	382	(6)	-	57.128
Depreciação acumulada						
Terreno						
Edificações	4%	(5.760)	(355)	-	-	(6.115)
Móveis e utensílios	5 a 39%	(669)	(100)	-	-	(769)
Veículos e acessórios	50%	(1.274)	(45)	-	-	(1.319)
Máquinas/equipamentos	6 a 10%	(763)	(79)	-	-	(842)
Equipamentos de Informática	6,67 a 33,33%	(2.841)	(535)	3	-	(3.373)
Instalações	10%	(1.443)	(593)	-	-	(2.036)
Bens de terceiros	2,5 a 14,3%	(409)	(4)	-	-	(414)
Total da depreciação acumulada		(13.159)	(1.711)	3	-	(14.868)
Total líquido		43.593	(1.329)	(3)	-	42.260

Composição do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016

Descrição	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31/12/2015	Aquisições	Baixa	Transferências	Valor em 31/12/2016
Custo contábil						
Terreno	-	13.687	-	-	-	13.687
Edificações	4%	17.893	-	-	-	17.893
Móveis e utensílios	6 a 10%	3.338	9	-	-	3.347
Veículos e acessórios	50%	1.544	85	(106)	-	1.523
Máquinas/equipamentos	4 a 7,5%	2.574	103	(26)	-	2.651
Equipamentos de Informática	6,67 a 33,33%	4.019	1.180	(33)	-	5.166
Instalações	10%	11.866	10	(9)	-	11.867
Benfeitorias	2 a 14%	618	-	-	-	618
Total do custo		55.539	1.387	(174)	-	56.752
Depreciação acumulada						
Terreno	-					
Edificações	4%	(5.046)	(174)	-	-	(5.220)
Móveis e utensílios	6 a 10%	(463)	(206)	-	-	(669)
Veículos e acessórios	50%	(1.228)	(152)	106	-	(1.274)
Máquinas/equipamentos	4 a 7,5%	(586)	(193)	16	-	(763)
Equipamentos de Informática	6,67 a 33,33%	(2.108)	(760)	27	-	(2.841)
Instalações	10%	(260)	(1.184)	1	-	(1.443)
Bens de terceiros	2 a 14%	(399)	(10)	-	-	(409)
Total da depreciação acumulada		(10.090)	(3.219)	150	-	(13.159)
Total líquido		45.449	(1832)	(24)	-	43.593

No exercício de 2016 no SEBRAE/CE houve adições no montante total de R\$ 1.387 e 2017 o montante de R\$ 382, referente a novas aquisições de bens patrimoniais. Foi efetuado no final do exercício de 2016 o leilão 01/2016 da venda de veículo, equipamentos de informática e máquinas e equipamentos gerando uma receita de alienação de bens patrimoniais no

montante de R\$ 38.

Foram efetuadas baixa de bens patrimoniais no montate de R\$ 174 referente bens que foram leiloados no exercício de 2016 e no 1º semestre de 2017 houve baixa de R\$ 6.

Em 2016 a Administração da Entidade efetuou uma nova estimativa de vida útil dos bens móveis de acordo com o parecer da comissão de patrimônio, alterando as taxas de depreciação de Móveis e Utensílios em 5% a 39% (6 a 10% anterior), Máquinas e Equipamentos de 6% a 10% (4 a 7,5% anterior) e Bens de terceiros de 2,5 a 14,3% (anterior 2 a 14%), refletido de forma prospectivas nas referidas demonstrações financeiras intermediárias. Os impactos restrospectivos não são relevantes.

12 Benefícios a empregados de curto prazo

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de benefícios aos empregados:

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Remuneração variável a pagar	577	1.197
Salários e Proventos a pagar	-	92
Encargos sociais a recolher	563	60
Consignações em folha de pagamento	1	-
Provisões s/folha de pagamento	3.269	3.043
	<u>4.410</u>	<u>4.392</u>

Remuneração variável a pagar

Refere-se a provisão da remuneração variável de 2017 a ser paga em fevereiro de 2018.

O reajuste salarial de 2017 foi da ordem de 4,5% no mês de maio, referente ao INPC dos últimos 12 meses.

Os valores registrados em remuneração variável referem-se ao prêmio por atingimento de metas concedidos a todos os empregados e diretores, por seus esforços no alcance dos objetivos da Entidade, considerando a metodologia de avaliação de desempenho e distribuição de prêmios, na forma do Sistema de Gestão de Pessoas - SGP, observando-se a disponibilidade financeira do SEBRAE - CE. O pagamento da remuneração variável de 2016 foi realizado em março de 2017. A base de cálculo para provisão da remuneração variável de 2017 teve como base o valor total pago em 2017 referente a 2016 mais acréscimos dos reajustes salariais do acordo coletivo em maio de 2017.

Em 2016 foi aprovado o PDI Resolução CDE 006/2016 e Resolução Direx 031/2016.

Aderiram ao Plano de desligamento incentivado um total de 13 funcionários gerando um custo de incentivo na ordem de R\$ 1.370, sendo que 12 (doze) se desligaram em 2016 ficando apenas 1(um) funcionário com desligamento para janeiro de 2017.

13 Obrigações com convênios e contratos

Refere-se a saldos de recursos resultantes de Convênios, ainda não utilizados, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
SEBRAE Petrobrás 2009	12	10
SEBRAE 7 11 2006 FINEP	243	231
SEBRAE CSP	81	27
FINEP SEBRAE 7 11 2006	150	146
SEBRAE M DIAS BRANCO	39	37
Convênios a Pagar	-	6
	525	457

Em 2016, tivemos a celebração do convênio firmado entre o SEBRAE/CE e a Companhia Siderúrgica do Pécem (CSP), que tem como objetivo capacitar os arranjos produtivos da região, melhorando a qualidade dos serviços a serem prestados à CSP. No 1º semestre de 2017 não houve celebração de novos convênios a receber.

Foram encerrados em 2016 os convênios SEBRAE MBC e SEBRAE Gerdau Serallheiros.

14 Contas a pagar a fornecedores e outras

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Fornecedores de materiais e serviços	829	2.811
Adiantamento de clientes	-	-
Outras contas a pagar	135	1
	964	2.812

15 Obrigações trabalhistas e fiscais

A composição das obrigações compõem as retenções na fonte de verbas trabalhistas (folha de pagamento) e retenções dos prestadores de serviços que são contratados pelo SEBRAE/CE no ano de 2017.

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Imposto de renda s/salários a recolher	194	189
Imposto de renda s/serviços PF a recolher	5	5
Imposto de renda s/serviços PJ a recolher	22	59
ISS s/serviços de PF retidos	1	1
INSS retido s/serviços de PF	1	-
INSS retido s/serviços de PJ	55	143
PIS a recolher folha	15	18
INSS s/serviços de PF (20%)	4	-
IR s/13º salário	-	208
PIS s/13º salário	-	14
ISS s/serviços PJ retido	79	244
PIS/COFINS/CSLL retido s/serviços	59	177

Total 435 1.058

16 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/CE como risco “provável” de perda estão assim demonstradas:

Descrição	Depósitos judiciais		Provisão	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Riscos cíveis	-	-	-	128
Riscos trabalhistas	433	404	392	383
Riscos fiscais	-	-	-	-
Total	<u>433</u>	<u>404</u>	<u>392</u>	<u>511</u>
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	433	404	392	511

Riscos Cíveis

A provisão para risco cível é decorrente da intimação do processo de nº 0032640-63.2013.8.06.0000 da MOB Serviços de telecomunicações ocorrida em 2013 que gerou uma cobrança de R\$ 128. Efetuada a baixa da provisão em virtude da decisão do agravo do instrumento sem nenhum prejuízo ao SEBRAE/CE.

Riscos trabalhistas

Os riscos trabalhistas devem-se aos seguintes processos:

- (a) A Entidade recebeu a intimação no mês de fevereiro de 2014, referente aos processos de nº 10380.017488/2008.04, 10380.017472/2008-93, 10380.017486/2008-15 e 10380.017486/2008-15 da Secretária da Receita Federal, referente a Contribuições Sociais, Previdenciárias e Contribuição de empregado para previdência complementar, quando foi instituída a provisão de riscos no longo prazo no valor de R\$ 383.
- (b) Referente ao processo de reclamação trabalhista de nº 0001351-39.2015.5.07.0009 da reclamantes Elayne dos Santos de Maria, Edilene dos Santos de Maria, Maria Greiciane Mateus dos Santos e Aline Mateus Garcia.

17 Patrimônio líquido

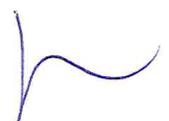
Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Superávit acumulado (a)	45.940	41.825
Superávit do exercício (b)	4.345	3.993
Ajuste de avaliação patrimonial (c)	<u>15.288</u>	<u>15.410</u>
	<u>65.573</u>	<u>61.228</u>

(a) **Superávits acumulados**
Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

(b) **Superávit do exercício**
Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio líquido social da Entidade.

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial é representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.



18 Receitas com contribuição social

Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Contribuição Social Ordinária - CSO (a)	17.271	19.261	34.596	36.798
Contribuição Social do Nacional - CSN (b)	<u>2.938</u>	<u>2.500</u>	<u>3.682</u>	<u>3.310</u>
Total da receita líquida	<u>20.209</u>	<u>21.761</u>	<u>38.278</u>	<u>40.108</u>

a. Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual. A CSO do 2º trimestre 2017 apresentou um decréscimo de 7.13% em relação ao mesmo período de 2016.

b. Contribuição Social Nacional (CSN)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais nacional, conforme execução de projetos/atividades vinculadas a recursos CSN no exercício corrente. O saldo não executado será devolvido ao SEBRAE/NA quando do repasse da CSO do mês de março de 2017. A CSN do 2º trimestre de 2017 apresentou um acréscimo de 17,52% em relação ao mesmo período de 2016.

19 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/20017 a 30/06/2017	01/01/20016 a 30/06/2016
Treinamentos	198	127	375	344
Consultoria	816	566	1.186	823
Feiras	35	29	120	115
Elaboração de projetos	-	1	-	1
Palestras	28	20	44	26
EMPRETEC	33	58	72	82
Outras	-	-	-	-
	<u>1.110</u>	<u>801</u>	<u>1.797</u>	<u>1.391</u>

Em 2017 tivemos um acréscimo na apuração da receita de empresa beneficiada de 29,19% em relação ao mesmo período de 2016

20 Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/CE. Em 2016 não tivemos execução de receita de convênio com o SEBRAE/NA. Em 2017 tivemos um acréscimo na execução de receita de convênios com parceiros na ordem de 100% em relação a 2016 como principal executor os recursos do convênio SEBRAE E CSP.

Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Receitas de convênios com o SEBRAE/NA	-	-	-	-
Receitas de convênios com parceiros	<u>16</u>	-	<u>36</u>	-

16 - 36 -

21 Outras receitas operacionais

Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Recuperação e restituições	63	25	395	401
Recuperação/restituição de recursos de convênios	-	-	-	-
Recuperação e restituição de pessoal cedido	374	438	904	970
Receitas de exercícios anteriores	11	85	482	695
Receita na alienação de Ativo Imobilizado	-	-	-	-
Variação Monet. Ativas	-	1	-	1
Receita na reversão de provisão	-	-	-	-
	<u>448</u>	<u>549</u>	<u>1.781</u>	<u>2.067</u>

- (i) **Recuperação e restituições**
Referem-se a recuperação de valores de créditos sem comprovação (não identificados) recebidos no exercício e valores recuperáveis descontados em folha de pagamento.
- (ii) **Recuperação e restituição de pessoal cedido**
Os valores se devem a contrapartida de custos do pagamento de salários, encargos e benefícios sociais de funcionários que foram cedidos a outras instituições.
- (iii) **Receita de exercícios anteriores**
O valor refere-se a devolução de recursos de convênios de exercícios anteriores não executados e valores provisionados de remuneração variável não executada.

22 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Nesta rubrica são alocados os custos com salários e proventos, encargos sociais e benefícios dos funcionários do SEBRAE/CE, conforme descrito abaixo:

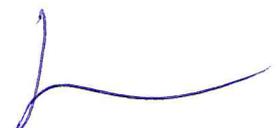
Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Salários e proventos	4.555	4.519	8.341	8.242
13º salário	377	381	731	734
Férias	536	546	998	1.027
Encargos sociais	1.714	1.680	3.410	3.347
Benefícios	<u>2.207</u>	<u>1.705</u>	<u>4.015</u>	<u>3.629</u>
	<u>9.389</u>	<u>8.831</u>	<u>17.495</u>	<u>16.979</u>

Em 2016 tivemos um acréscimo na execução das despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais na ordem de 15,2% em relação a 2015 em virtude do Programa de Desligamento Incentivado e da saída de 16 funcionários no 1º semestre de 2016.

Foi aprovado o Programa de Desligamento conforme Resolução CDE 006/2016 e Resolução Direx 031/2016. O plano de desligamento incentivado mediante a incentivos programados tornou-se prática usual entre as empresas que buscam adequar às necessidades de mercado e o contexto econômico-financeiro vigente.

Aderiram ao Plano de desligamento incentivado um total de 13 funcionários gerando um custo de incentivo na ordem de R\$ 1.370, sendo que 12(doze) se desligaram em 2016 ficando apenas 1(um) funcionário com desligamento para janeiro de 2017.

O reajuste salarial de 2017 foi da ordem de 4,5% no mês de maio, referente ao INPC dos últimos 12 meses.



23 Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Instrutoria e consultoria	3.656	4.238	4.772	5.789
Serviços técnicos especializados	849	791	1.428	1.305
Manutenção, segurança e limpeza.	987	1.074	1.916	1.971
Demais serviços contratados	1.925	1.796	3.203	2.915
Encargos sociais sobre serviços	13	12	25	23
	<u>7.430</u>	<u>7.911</u>	<u>11.344</u>	<u>12.003</u>

Em 2017 no 2º trimestre tivemos um redução de 5,49% na execução com serviços profissionais e contratados em relação o mesmo período de 2016.

24 Custos e despesas de operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos referente aos diversos projetos da Entidade.

Despesas	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Diárias e hospedagem	462	349	636	563
Passagens e transportes	269	163	359	227
Aluguéis e encargos	607	577	1.213	1.108
Divulgação e publicidade	735	528	973	734
Serviços gráficos	186	155	258	258
Serviços de comunicação	212	222	393	449
Material de consumo	334	371	550	640
Demais custos e despesas	419	424	868	864
	<u>3.224</u>	<u>2.789</u>	<u>5.250</u>	<u>4.843</u>

Em 2017 no 2º trimestre tivemos um acréscimo de 8,40% na execução com custos e despesas de operacionalização em relação o mesmo período de 2016.

25 Despesas com programas e convênios

Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Assoc dos Suinocultores do Ceará - ASCE	-	16	-	16
Assopeças CV 0014.14	-	-	427	-
Assopeças CV 0014.16	169	-	169	-
Assoc dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Bio Reg Araripe – ACCOA CV 0024.15	130	-	130	-
Assoc dos Carcinocultores da Costa Negra CV 0066.12	-	-	-	20
Assoc dos Municípios do Est do Ce CV 041.12	-	-	-	27
Assoc dos Produtores de Leite do Ceará – APROLECE CV 0021.16	80	-	80	-
Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza – CDL CV 0002.17	101	-	101	-
Federação das Ind do Est do CE CV 0024.16	30	-	30	-
Federação das Ind do Est do CE CV 0040.15	-	-	-	40
Federação do Comércio do Est do Ce CV 0037.15	-	167	-	167
Federação do Comércio do Est do Ce CV 0038.15	-	36	-	36
Federação do Comércio do Est do Ce CV 0039.15	-	28	-	28
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – CV 0030.15	500	-	500	-
Sind. Das Ind. De Panificação e Confeitaria CV 0036.15	-	-	-	20
	<u>1.010</u>	<u>247</u>	<u>1.437</u>	<u>354</u>

Os valores por entidade conveniada trata-se de valores repassados às outras entidades a título de transferência de recursos de convênios firmados, em face de ações de interesses do SEBRAE/CE e Entidades, seguindo o plano de trabalho e os instrumentos de convênio.

26 Despesas com provisões

Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Ações Cíveis	8	4	8	4
Provisão para perdas de Clientes	32	342	596	342
Provisão para perdas c/cheques	-	1	1	1
Provisão para perdas diversas	1	1	1	3
Provisão para imposto de renda	(55)	(52)	47	64
	<u>(14)</u>	<u>296</u>	<u>653</u>	<u>414</u>

27 Outras despesas

Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Custo na alienação ou baixa de imobilizado	1	1	3	5
Despesas de exercícios anteriores	<u>52</u>	<u>73</u>	<u>163</u>	<u>364</u>
	<u>53</u>	<u>74</u>	<u>166</u>	<u>369</u>

28 Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido referente aos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade estão conforme a seguir descritos:

Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Receitas financeiras				
Rendimentos Recursos Ordinários	530	819	910	1.244
Rendimentos Recursos adicionais	-	45	-	57
Rendimentos Recursos Próprios	369	325	791	766
Outros Rendimentos	13	11	28	40
Subtotal	912	1.200	1.729	2.107
Despesas financeiras				
Despesas Bancárias	(75)	(48)	(113)	(103)
Juros e multas	(1)	-	(1)	(4)
Variações monetárias passivas	(157)	(186)	(330)	(375)
Comissões S/cartões de crédito	(22)	(17)	(40)	(29)
Subtotal	(255)	(251)	(484)	(511)
Total receita financeira líquida	657	949	1.245	1.596

29 Benefícios a empregados pós-emprego

29.1 Descrição geral das características do plano

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.h, o plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

O plano de previdência complementar administrado pelo SEBRAEPREV é um plano de benefício do tipo Contribuição Variável (CV).

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

- Aposentadoria normal.
- Aposentadoria antecipada.
- Aposentadoria por invalidez.
- Pensão por morte.
- Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

- Projeção de contribuição em caso de invalidez.
- Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE /CE contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial é resumido conforme a seguir:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Valor justo dos ativos do plano	306	249
Valor presente das obrigações atuariais	<u>(102)</u>	<u>(95)</u>
Superávit	<u><u>204</u></u>	<u><u>154</u></u>

O total de contribuições reconhecidas como despesas nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017 foram no montante de R\$ 327, conforme demonstrado a seguir:

Contribuições	30/06/2017	31/12/2016
Participantes	<u>197</u>	<u>225</u>
Básica	335	652
Serviços passados	16	30
Voluntárias	93	179
Patrocinador	<u>335</u>	<u>633</u>
Básica	315	613
Benefícios de risco	<u>20</u>	<u>20</u>
Total	<u><u>779</u></u>	<u><u>1.494</u></u>

29.2 Reconhecimento das obrigações atuariais e contribuição do plano

Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

Descrição	2016	2015
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	(95)	(95)
Custos do serviço corrente e juros (veja abaixo)	(20)	(17)
Perdas (ganhos) atuariais em outros resultados abrangentes	13	17
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	<u>(102)</u>	<u>(95)</u>

Movimentação no valor justo dos ativos do plano

Descrição	2016	2015
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	249	194
Contribuições pagas ao plano	20	19
Retorno esperado dos ativos do plano	(2)	7
Perdas (ganhos) atuariais em outros resultados abrangentes	<u>39</u>	<u>29</u>
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	<u>306</u>	<u>249</u>

Despesa reconhecida no resultado

Descrição	2016	2015
Custo do serviço corrente	(8)	(6)
Juros sobre obrigação	27	(11)
Ganho por reduções	<u>(27)</u>	<u>11</u>
Retorno esperado dos ativos do plano	(8)	(6)

Premissas atuariais

Premissas atuarias na data do relatório	31/12/2016	31/12/2015
Taxa real anual de juros	11,16%	12,76%
Projeção de crescimento real de salário	2,20%	2,16%
Taxa de inflação média anual	4,69%	5,00%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,16%	12,76%

Premissas relacionadas à mortalidade são baseadas em tábuas de mortalidade divulgadas a seguir:

- Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos - AT-2000M e F Desag 10% e AT-2000F
- Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados - AT-2000M e F Desag 10% e AT-2000F
- Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos - 50% up M e 50% up F
- Tábua de entrada em invalidez - Tasa 1927 M e F e Hunter
- Tábua de morbidez - N/A

O cálculo da obrigação referente aos benefícios de risco é sensível às premissas de mortalidade e entrada em invalidez descritas acima. Como as estimativas atuariais de mortalidade e invalidez são refinadas ano a ano, o aumento de um ano na expectativa de vida ou entrada em invalidez mostradas anteriormente são consideradas como sendo razoavelmente possíveis no próximo exercício.

30 Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez e
- Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento).
- Contas a receber.
- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais (Numerários vinculados a convênios e programas).
- Contas a pagar a fornecedores e outras.
- Créditos e obrigações com o sistema SEBRAE
- Benefícios a empregados e obrigações fiscais
- Obrigações com convênios e contratos
- Obrigações trabalhistas

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal e Banco Itau. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Os valores derivados de recebíveis de terceiros possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 5). Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito é praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	40.215	27.548
Contas a receber de clientes (*)	5	3.578	4.038
Numerários vinculados a projetos e convênios	6	14.936	616
Créditos com o Sistema SEBRAE	8	5.746	4.926
Outros créditos (**)	9	4.496	5.200

(*) Sem efeito da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

(**) Refere-se a transações com convênios a executar.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 30 de junho de 2017, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

	Valor em 30/06/2017	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Benefícios a empregados de curto prazo	4.410	2.425	1.985	-
Obrigações com convênios e contratos	525	-	525	-
Contas a pagar a fornecedores e outros	964	964	-	-
Obrigações fiscais	435	435	-	-
Obrigações com o Sistema SEBRAE	16.199	5.992	10.207	-

	Valor em 31/12/2016	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Benefícios a empregados de curto prazo	4.392	2.416	1.976	-
Obrigações com convênios e contratos	457	-	457	-
Contas a pagar a fornecedores e outros	2.812	2.812	-	-
Obrigações fiscais	1.058	1.058	-	-
Obrigações com o Sistema SEBRAE	6.839	2.530	4.309	-

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Bradesco. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade

Conforme disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o SEBRAE/CE desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros da Entidade (Nota Explicativa nº4) que estão sujeitos às oscilações nas taxas DI, os quais, conforme informações de empresa terceirizada contratada, não estão sujeitas às oscilações nas taxas de TJLP e IGP-M. A Entidade estima com base na taxa futura da BOVESPA que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2017, a taxa DI será de 10,25% no ano. A Entidade fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma baixa nas taxas de 10% e 20% em relação ao cenário provável, considerandos como possível e remoto, respectivamente.

Cenários Projetados - Base 31/12/2018				
	Exposição (R\$ mil)	Provável 9,00%	Possível - 10% 8,10%	Remoto - 20% 7,20%
Alta da Variação da taxa SELIC				
	26.772	2.409	2.169	1.928
Efeito da Variação da taxa SELIC		+ 9,02%	+ 8,12%	+ 7,22%
Cenários Projetados - Base 31/12/2017				
	Exposição (R\$ mil)	Provável 10,25%	Possível - 10% 9,22%	Remoto - 20% 8,20%
Alta da Variação da taxa SELIC				
	26.772	2.744	2.468	2.195
Efeito da Variação da taxa SELIC		+10,27%	+9,25%	+8,22%

Impactos no Resultado	31/12/2018	31/12/2017
Cenário Possível - Cenário Provável SELIC	(241)	(273)
Cenário Remoto - Cenário Provável SELIC	(482)	(549)

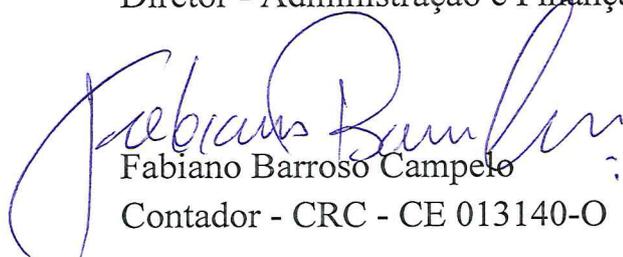
31 Cobertura de seguros

O SEBRAE CE possui cobertura de riscos operacionais, lucros cessantes e responsabilidade civil. Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 14 de maio de 2017, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 3, conforme apólice de nº 5177201662180016065 e veículos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 84 que estão cobertos até 20 de agosto de 2017, conforme apólice de nº 0531213576660.

Joaquim Cartaxo Filho
Diretor-Superintendente

Alci Porto Gurgel Junior
Diretor-Técnico

Airton Gonçalves Junior
Diretor - Administração e Finanças


Fabiano Barroso Campelo
Contador - CRC - CE 013140-O